

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO DIA 29 DE JULHO DE 2019, NO SALÃO NOBRE DO MUNICÍPIO DE LAMEGO

PRESENCAS

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Ricardo Jorge Morgado da Costa, em substituição do senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, nos termos do artigo 78º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, António Pinto Carreira, Tânia Alexandra dos Santos Rodrigues, em substituição do senhor Vereador António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, nos termos da citada Lei, Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

AUSÊNCIAS

Justificada a ausência dos senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Fernando Silvério Cardoso de Sousa, por se encontrarem de férias.

SECRETARIOU

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD. 02)

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Presidente da Câmara** e os senhores **Vereadores** deram as boas vindas à senhora Vereadora Tânia Alexandra dos Santos Rodrigues, que se encontra na reunião em substituição do senhor Vereador António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, a qual agradeceu.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** colocou ao senhor Presidente a seguinte questão, que se transcreve: *“A ENSE – Entidade Nacional para o Setor Energético aprovou recentemente o plano de emergência de movimentação de produtos petrolíferos. Este plano define a estrutura da Rede de Emergência de Postos de Abastecimento (REPA) nacional, que identifica, a nível de todo o território, os postos de abastecimento que, de forma prioritária, são abastecidos num cenário de crise energética, onde Lamego está incluído, juntamente com outros 14 municípios dos distritos. Todavia, este plano define também a estrutura da Rede de Emergência de Postos De Abastecimento (REPA) – Veículos Prioritários, uma rede de postos destinada exclusivamente a viaturas de forças e serviços de segurança e proteção civil, que no distrito de Viseu apenas inclui o Município de Mangualde.*

Esta situação é preocupante, uma vez que Lamego não consta desta segunda rede e considerando que o único município do Distrito de Viseu que a integra se situa a Sul do Distrito, pergunto: foi o Município de Lamego ouvido na constituição deste plano e, concretamente, destas redes?; e fez o Executivo em permanência algo para incluir Lamego nesta Rede de Emergência de Postos de Abastecimento para veículo prioritários?

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração, referente ao Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Lamego, que a seguir se transcreve: *“Foi-nos presente no passado dia 24 de junho de 2019, em reunião de executivo municipal, o relatório de execução anual referente ao ano de 2018 do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Lamego, doravante denominado por PGRIC, elaborado pelo Sr. Auditor Interno, datado de 23 de Abril de 2019.*

Sobre o mesmo, ainda não foi produzida qualquer pronúncia deste executivo, apesar de dele termos tido conhecimento.

Pelo respeito que temos pelo seu autor e pelo trabalho aí desenvolvido, não poderemos deixar de tecer algumas considerações.

1- O Relatório apresenta-se-nos formalmente bem elaborado, pormenorizado e rigoroso.

2- Do ponto de vista substantivo o que o mesmo nos revela é o seguinte:

a) Passaram dez anos desde que está em vigor e pouco ou nada se alterou na sua essência e que até à presente data, ainda não tenha sido implementada uma só das medidas subjacentes às recomendações expressas nos sucessivos relatórios anuais de execução. É caso para dizer, tanto trabalho para nada, porque se “experimenta à partida uma sensação de déjà-vu, ao mesmo tempo estranha e familiar (...) e que a expectativa é mesmo o primeiro passo para a desilusão”. (pág. 10)

b) Na análise integrada da execução do plano e nas avaliações sectoriais foram solicitadas aos responsáveis pela gestão da execução das medidas previstas no Plano em 7 de Março de 2019, tendo, apenas dois dos 7 dado resposta, evidenciando-se aqui os que o fizeram: Manuel Marques que remeteu grelha de avaliação e Nélson Martins que remeteu grelha e comentário. Todos os demais deram o silêncio como resposta. E neste aspeto também os que exercem funções políticas, como sejam o Presidente e vereadores em funções, que são os primeiros responsáveis, nada disseram ou relataram ao auditor interno.

c) A informação obtida apenas por duas divisões, tal como se lê no relatório, pág. 20 “é manifestamente insuficiente para a produção de um quadro representativo do atual estado de execução do Plano”, sendo certo que estas duas divisões são as que detêm um menor número de trabalhadores.

d) Na divulgação pública do Plano no site do Município a sua desatualização é evidente e lamentável, dado que, ainda se identificam como responsáveis pela sua implementação e gestão os membros que integravam o executivo municipal no mandato de 2009/2013. Assim, também este que se vos dirige consta nesse documento como responsável pela gestão do plano. Mas isso é falso. Nada tenho que ver com a gestão, neste mandato, do PGRIC do Município de Lamego. Corrija-se, por isso, essa falsidade. É que, para além dos constrangimentos que causa às pessoas que aí estão identificadas, induz em erro os munícipes que leem tal documento. E o mínimo que se pode fazer é retirar desse documento os nomes dele constantes e fazer constar do mesmo os verdadeiros responsáveis que são os eleitos pelo Partido Socialista.

e) Da avaliação global:

- A maior parte dos funcionários do Município desconhece a existência do Plano, não o leu, não o analisa e nada faz pela sua implementação.*
- Prevalece sem qualquer impacto digno de nota o Código de Conduta dos Colaboradores do Município, tendo o GAP em maio de 2018 ensaiado uma tentativa de o substituir por novo documento. Mas não passou de intenção de que nada resultou.*
- O quadro VI da pág. 24 é demonstrativo do estado a que chegou esta boa ideia, traduzindo-se, em pouco mais do que a divulgação interna e externa do plano, mas errada, porque a monitorização do processo e a realização de ações de formação são inexistentes.*

f) A contratação pública:

- A simplicidade e a complexidade dos procedimentos pré e intracontratuais têm como denominador comum uma elevada exposição a riscos de corrupção e infrações conexas.*
- A simplicidade confunde-se com ligeireza, fundada em “falsas urgências e pseudodesburocratização” e que se traduzem em preterição sistemática de formalidades processuais.*

- *Refirma-se a ideia da urgente necessidade de se proceder a um reforço das mediadas preventivas no plano para uma área de excecional vulnerabilidade.*
- *Sugere-se e bem a nomeação de gestor do contrato para todo o tipo de procedimentos e não só para os contratos para que a lei exige a redução a escrito.*

g) Concessão de benefícios públicos:

- *Nas medidas previstas n Plano inicial previa-se a elaboração e aprovação do Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios públicos. Mas até hoje, pese embora existir uma proposta não têm, ainda força de regulamento, porque nunca foi aprovado.*
- *Mantem-se nulo o grau de execução/aplicação das medidas preventivas incidentes nesta área de risco.*

h) Fiscalização:

- *Esta área apesar de ser das que contém mais fatores de risco, não está organizada no sentido de dar cumprimento ao Plano.*
- *Encontra-se por concretizar a instalação de um gabinete de fiscalização municipal, devidamente estruturado e organizado.*
- *A fragmentação dos serviços de fiscalização pelo GAET e pela DOU impedem a afirmação externa da sua autonomia, imparcialidade, isenção e identidade.*

i) Licenciamento:

- *Inexistem medidas preventivas num sector tão sensível, com tantos problemas que enfrenta e com tão poucas medidas para os prevenir.*
- *O licenciamento, pese embora a qualidade dos dirigentes, dos técnicos que trabalham nesta área, o empenho e dedicação de todo o pessoal corre o risco de se tornar num problema e numa dificuldade para os munícipes, quando todos sabemos que este é um dos motores do desenvolvimento da nossa economia local.*
- *Nada se alterou no ano de 2018, mantendo-se os níveis de execução/aplicação já alcançados em 2012, sendo esta a data em que este que se vos dirige esta área, como vereador em funções executivas, nas áreas do urbanismo e do licenciamento. Daí para cá e passou muito tempo, tudo na mesma.*

Nota conclusiva:

- 1- *Não se registaram no decurso do ano transato quaisquer alterações significativas no que se refere ao grau de execução/aplicação das 33 mediadas preventivas previstas no plano, alcançadas em 2012.*
- 2- *Em 2018 foram executadas 15 das 33 medidas previstas no plano originário de 2009, o que significa um grau de execução abaixo de 50%.*
- 3- *O PGRIC continua a merecer um desinteresse generalizado no seio do MLG.*

4- Infelizmente, este desinteresse é também a pedra de toque no país, numa altura em que tanto se fala de corrupção, onde se verifica que 29 organismos públicos têm a desfaçatez de afirmar que os planos não estão a ser minimamente executados. Citando o autor do relatório, diremos: “A tradicional aurea mediocritas, ou a alegre e tranquila mediania a que, rápida e confortavelmente se acomoda a ação corrente de uma boa parte dos serviços públicos nacionais”.

5- O PRGCIC está cada vez mais longe de ser uma solução para um problema, sendo ele um problema que procura uma solução.

6- Infelizmente poderemos constatar que o PGRCIC está morto e, provavelmente, não terá ressuscitação por sua iniciativa.

Sr. Presidente:

Em nome da decência e da transparência ouça o que diz o Sr. Auditor Interno, reflita no que está escrito no Relatório de 2018 e faça com que o Plano não seja um problema, mas uma solução para muitos problemas que não se resolvem, apenas, com o decurso do tempo.

A constante propalação daqueles princípios corre o risco de os tornar em palavras vãs, gastas e sem sentido. Recordo, aqui, a propósito, o que um dia, disse Goethe “Não basta saber, é preciso também aplicar; não basta querer, é preciso também fazer”.

Como se disse, poucos ou muito poucos são os que analisaram o relatório, e mesmo no executivo em funções não se aperceberam da incorreta identificação do Sr. Vice-Presidente, que foi identificado como José Manuel, quando o seu nome próprio é António Manuel. Na verdade a pessoa José Manuel não existe como Vice-Presidente da Câmara de Lamego. Péssima imagem que transmitimos aos nossos eleitores.

Por fim, uma palavra de agradecimento ao Sr. Auditor Interno pelo trabalho apresentado pelo rigor do estudo e da análise e pelo valor das conclusões nele insertas, acreditando que o que está escrito permanece para memória futura e que o seu trabalho não possa ser considerado, apenas, quixotesco.

Sugere-se, por isso que se dê acolhimento às recomendações contidas no Relatório de 2018, porque são exatamente as mesmas, com as mesmas letras e os mesmos parágrafos que estavam presentes no relatório de 2017, pelo que durante um ano, nada se fez no âmbito do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Lamego, facto que o presente relatório espelha com clareza meridiana para aquele poucos que o leram e analisaram.”

O senhor **Vereador José Correia da Silva** começou por agradecer a informação trazida pelo senhor Vereador Ricardo Morgado da Costa, depreendendo das mesmas que, por

exemplo uma ambulância de Lamego, num cenário de crise energética, se precisar de abastecer terá de se deslocar a Mangualde.

De seguida, questionou o senhor Presidente da Câmara se já se encontra concluído o processo de adjudicação da iluminação no período das Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que o procedimento concursal para a iluminação no período das Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios está em curso, nos termos legais.

Registou a intervenção do senhor Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa, adiantando que questionará hoje mesmo os serviços de proteção civil, quanto às diligências que estarão em curso, no sentido de ser contemplado o Município de Lamego na rede de emergência.

Agradeceu a intervenção proferida pelo senhor Vereador António Pinto Carreira, reafirmando que comunga das preocupações manifestadas, subscrevendo-as, tal como havia afirmado na reunião de Câmara.

Reafirmou ainda que, no que diz respeito à gestão quotidiana, desde a tomada de posse tem havido preocupação constante, por parte do Presidente da Câmara e dos Vereadores em permanência, em termos de rigor, de cumprimento da lei nos procedimentos adotados, continuando a aprofundar sempre, tal exigência, em obediência aos princípios da decência e da transparência.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** deu conhecimento ao Executivo que recebeu um e-mail, proveniente da senhora Aida Maria Garcia, do seguinte teor: *“Como não posso estar presente na reunião de hoje, não quero deixar cair no esquecimento o que tenho andado a batalhar. Gostaria de saber qual é o resultado da monitorização e o que pensa fazer sobre ela.”*

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que o resultado da monitorização ainda não está disponível, estando a situação a ser acompanhar muito de perto, por este Executivo.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** deu, ainda, conhecimento ao Executivo que recebeu um email, proveniente do senhor António Vasco Lima, do seguinte teor: *“Vimos junto de V. Exa. se digne mandar-nos informar do motivo que justifica a falta de resposta à nossa exposição referente a questões do trânsito, que deu entrada no dia 29/04/2019.”*

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que se trata de uma exposição abordando várias circunstâncias que se prendem com o trânsito e a mobilidade no município, pelo que a mesma está a ser objeto da melhor atenção pelos serviços competentes, para apreciação da exequibilidade, ou não, dessas pretensões e que irá indagar sobre o ponto de situação.

Tomou, novamente, a palavra o senhor **Vereador José Correia da Silva** para lembrar ao senhor Presidente da Câmara o que tinha questionado na reunião da semana passada e que passou a ler: *“O senhor Vereador José Correia da Silva questionando o senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento, ou se algum dos senhores Vereadores em permanência têm conhecimento dos postes que estão colocados na cidade de Lamego, nomeadamente na Av. Dr. Alfredo de Sousa, em Lamego, agradecendo uma resposta clara e objetiva.”* E o senhor Presidente da Câmara respondeu o seguinte: *“O senhor Presidente da Câmara reiterou que o procedimento para a contratação de iluminação pública no âmbito das festas das Festas de Nossa Senhora dos Remédios já foi iniciado, pelo que os postes para a referida iluminação serão colocados após a adjudicação do procedimento.”* Disse ainda o senhor Presidente e citou: *“Informou que, quaisquer estruturas que já existam colocadas, fora deste quadro, não estão autorizadas e não têm essa finalidade, pelo que vai ter de ser corrigido esse procedimento em conformidade.”*

Concluiu, uma vez que já passou uma semana, que pensa que o senhor Presidente da Câmara já deverá saber que postes são aqueles que estão colocadas por toda a cidade de Lamego e quem deu autorização.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que mantém exatamente a mesma resposta dada na reunião da semana passada, nada mais tendo a acrescentar à mesma.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** persistiu no assunto, questionando o senhor Presidente da Câmara se, volvida uma semana, já tem conhecimento, ou se os serviços municipais já apuraram que postes são aqueles que estão colocados na cidade de Lamego, nomeadamente na Av. Dr. Alfredo de Sousa.

O senhor **Presidente da Câmara** reiterou que mantém a mesma resposta dada na reunião da semana passada.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** concluiu que, durante uma semana, o senhor Presidente da Câmara e os Vereadores em funções, não sabem, desconhecem, não autorizaram e continuam a permitir que os referidos postes/estruturas estejam instalados, na cidade, sem que a Câmara tenha qualquer tipo de atuação.

O senhor **Presidente da Câmara** reiterou as declarações proferidas a propósito desta matéria, ínsitas na ata da última reunião de Câmara.

ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE JULHO DE 2019 (COD. 03)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 22 de julho de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com duas abstenções dos senhores Vereadores Ricardo Jorge Morgado da Costa e Tânia Alexandra dos Santos Rodrigues, por não terem participado na referida reunião.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E CULTURA – CÓD. DEASC | 04 GEC

02-ASSUNTO: PEDIDO DE DESCONTO DE PAGAMENTO DE TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS (COD. 20)**REQUERENTE:** INTELLIGENTI - CENTRO DE ESTUDOS E LAZER

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 690/20/2019, da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor:

“A entidade “Intelligenti – Centro de Estudos e Lazer” é uma empresa local que presta serviços a crianças e jovens no âmbito do apoio ao estudo e ocupação de tempos livres.

Considerando que solicitou através de ofício remetido, descontos no valor base do preçário em vigor nas Piscinas Municipais Descobertas de Lamego para a época balnear 2019, informa-se que o regulamento municipal de utilização do complexo municipal de piscinas prevê, no seu Capítulo II, art.º6º, alíneas b) e c), a possibilidade de utilização de grupos, em vertente de utilização protocolar, “referente a acordos (e condições) específicos a celebrar com entidades coletivas, públicas ou privadas, sob proposta à Câmara Municipal”. Assim, proponho a aprovação da minuta de condições anexa, entre a Câmara Municipal e o Centro de Estudos e Lazer “Intelligenti”, com 50% na redução do valor do preçário em vigor.”

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** solicitou esclarecimentos sobre a aplicabilidade deste tipo de descontos às instituições, ou seja, se é aplicado a todas as instituições privadas que atuam na área da educação, ou não.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** esclareceu que, como não está prevista a redução de taxas no Regulamento, coloca este assunto à apreciação do Executivo, à semelhança de outras propostas já efetuadas, para outras instituições de âmbito social.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** sugeriu que estas soluções fossem aplicadas aos demais casos, para que não existam dúvidas quanto à imparcialidade dos critérios do Município na atribuição deste tipo de reduções e de benefícios. Acrescentou ainda que tais critérios devem passar a constar do respetivo Regulamento.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

03-ASSUNTO: PEDIDO DE DESCONTO DE PAGAMENTO DE TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS (**COD. 20**)

REQUERENTE: COLÉGIO DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 691/20/2019, da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor:

“A entidade Colégio de Lamego é um estabelecimento educativo local com vasta tradição na área das ciências da educação, ciências sociais, humanas e jurídicas. Procura igualmente, durante os períodos de férias, oferecer aos alunos grande diversidade de actividades.

Considerando que solicitou através de ofício remetido, descontos no valor base do preçário em vigor nas Piscinas Municipais Descobertas de Lamego para a época balnear 2019, informa-se que o regulamento municipal de utilização do complexo municipal de piscinas prevê, no seu Capítulo II, art.º6º, alíneas b) e c), a possibilidade de utilização de grupos, em vertente de utilização protocolar, “referente a acordos (e condições) específicos a celebrar com entidades coletivas, públicas ou privadas, sob proposta à Câmara Municipal”. Assim, proponho a aprovação da minuta de condições anexa, entre a Câmara Municipal e o Colégio de Lamego, com 50% na redução do valor do preçário em vigor.”

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

04-ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES PARA CONTRATAÇÃO DAS AÇÕES COMUNS NO ÂMBITO DA CANDIDATURA “VALORIZAÇÃO DOS CAMINHOS DE SANTIAGO – CAMINHO PORTUGUÊS INTERIOR DE SANTIAGO” (**COD. 20**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 692/20/2019, da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor:

“Analisada a viabilidade da concretização de aquisições em conjunto, por parte dos municípios que apresentaram uma candidatura para Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português Interior de Santiago, aprovada no âmbito da Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, relativamente ao Concurso Público para a

contratação de “Prestação de serviços de comunicação e marketing do Caminho Português Interior de Santiago”.

Verificada a possibilidade estatuída no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação mais atual, de constituir um agrupamento de entidades adjudicantes, agregando os Municípios de Castro Daire, Chaves, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Viseu com vista ao procedimento de formação de um contrato de “Prestação de serviços de comunicação e marketing do Caminho Português Interior de Santiago”.

Sendo necessário nomear um representante do Agrupamento de Entidades Adjudicantes. Considerando ainda que importa aprovar um regulamento de funcionamento do Agrupamento de Entidades Adjudicantes.

Em face do exposto, tenho a honra de propor, que a Câmara Municipal de Lamego delibere:

- 1) Sobre a integração do Município de Lamego no agrupamento de entidades adjudicantes, conforme exposto;*
- 2) Autorizar que, constituído o Agrupamento, este nomeie o Município de Vila Pouca de Aguiar como mandatário e que lhe sejam delegadas as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso – nomeadamente a elaboração das peças concursais e publicação de anúncio – prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, corrigir os erros e colmatar as omissões apontadas ao caderno de encargos, receber e analisar as propostas.*
- 3) Aprovar o texto e conteúdo do Protocolo para Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes, aqui junto, em minuta.”*

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** começou por dizer que não questiona a utilidade deste Agrupamento, porém questionou qual o valor que cabe ao Município de Lamego considerando que, na melhor das hipóteses, a comparticipação será de 400.000,00€ e os restantes cerca de 258.000,00€ terão de ser repartidos pelos Municípios, nos termos do artigo 7.º da proposta de protocolo, de igual forma por todos.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** disse que considera pertinentes as questões colocadas pelo senhor Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa, pelo que aguarda pelas explicações.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** respondeu que se trata de um processo que iniciou há cerca de dois anos. É uma candidatura na qual o Município é parceiro, os montantes foram consensualizados por todos os municípios, havendo municípios que irão receber um montante maior uns que outros, por exemplo o município de Castro Daire, uma vez que vai construir um albergue.

As operações que vão decorrer no Município de Lamego serão de manutenção dos caminhos, limpeza e melhoramento da sinalética. Relativamente ao investimento, diz respeito à promoção dos caminhos, quer nas redes sociais, quer no site, envolvendo todos os municípios que fazem parte deste Agrupamento, cujo valor totaliza.....

Referiu que o que está aqui em causa é mandar o Município de Vila Pouca de Aguiar neste Agrupamento, nos termos legais.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** acrescentou apenas que lamenta a perda de oportunidade de se construir um albergue no Município de Lamego, em favor do Município de Castro Daire, até porque este era um dos objetivos do PSD no seu programa eleitoral autárquico sufragado em 2017.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** lamentou também esta perda de oportunidade de se poder construir um albergue em Lamego. Recordou que, ele próprio, no Executivo anterior sugeriu a construção de um albergue na antiga escola primária de Medelo, porém a sua proposta não foi avante, na altura, uma vez que não havia qualquer linha aberta para candidaturas. Lamentou, por isso, profundamente esta perda de oportunidade, que seria bom para Lamego ter esse equipamento.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** acrescentou que o Município de Lamego não ficará a descoberto de ter um espaço com essa finalidade. Adiantou que está a ser preparada uma candidatura que será apresentada pela União de Freguesias de Magueija, no sentido de reabilitar um espaço da freguesia, para que o mesmo possa receber peregrinos.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** afirmou que aguarda com esperança que tal candidatura se concretize.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS – CÓD. DASU | 05

05-ASSUNTO: CORREÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)

CONSUMIDOR: FILIPE MIGUEL FONSECA CORUCHE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 693/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual com fundamento na informação n.º 5098/DASU, de 11 de julho de 2019, propõe à Câmara que seja autorizada a retificação da fatura n.º 43145, de abril/19, pela tarifa de perdas de água prevista no n.º 6 do artigo 40º do Regulamento de Águas do Município de Lamego.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

06-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**REQUERENTE:** AURORA RODRIGUES SEQUEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 694/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Aurora Rodrigues Sequeira solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão dos consumos de água de Aurora Rodrigues Sequeira, cliente n.º 15274, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

07-ASSUNTO: LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – LAZARIM (COD 51)**REQUERENTE:** ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTO DE MAZES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 695/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da Festa em Honra de Nossa Senhora da Encarnação, que decorrerão nos dias 2 a 5 de agosto de 2019, em Mazes, freguesia de Lazarim, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

08-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD. 51)**REQUERENTE:** DANIELA FILIPA MONTEIRO AMARO – CAFÉ TOCA DO COELHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 703/51/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que autorize a ocupação de espaço público para instalação de uma esplanada aberta, com 4 m2, pelo período de três meses (julho a setembro), na Rua da Portela, em Cambres.

O valor das taxas a pagar pela requerente é de 58,80€.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

09-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD. 51)**REQUERENTE:** SUSPIRO ENCANTADO, LDA. – RESTAURANTE MANJAR DO DOURO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 704/51/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que autorize a ocupação de espaço público para instalação de uma esplanada aberta, com 80 m², pelo período de dois meses (agosto e setembro), na Av. Dr. Alfredo de Sousa, em Lamego.

O valor das taxas a pagar pela requerente é de 784,00€.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

10-ASSUNTO: PROCESSO TOPONÍMICO DA FREGUESIA DE SANDE (COD. 61)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo que, conforme previsto nas alíneas ss) e tt) do n.º1 do artigo 33º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, e no uso das Competências que me foram delegadas em reunião ordinária da Câmara Municipal de Lamego, realizada no dia 6 de novembro de 2017, aprovou o referido processo toponímico, bem como a numeração policial da Freguesia de Sande.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO - CÓD. DOU |05

Obras Particulares – CÓD. DOU 05 | OP 01

11-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 701/13 (COD. 42)**REQUERENTE:** ELO DA CONCEIÇÃO BERNARDO**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DE SANTO ANTÓNIO – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 697/42/2019 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1598/DOU, de 17/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 19/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 5 artigo 58.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o deferimento do pedido de prorrogação do prazo da licença de construção n.º 47/18, por seis meses.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

12-ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE SETE EDIFICAÇÕES – PROC. 519/15 (COD. 42)**REQUERENTE:** PACHECA HOTEL, EVENTS E GOURMET, LDA.**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DA PACHECA – CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 698/42/2019 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1604/DOU, de 17/07/2019, e do

parecer do Chefe da DOU, de 19/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 5 artigo 58.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o deferimento do pedido de prorrogação do prazo da licença de construção n.º 66/17, por seis meses.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

13-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 190/19 (**COD. 42**)

REQUERENTE: HUGO PEDRO ALMEIDA CARDOSO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE PERAFITA – LAZARIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 699/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1591/DOU, de 16/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 17/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de construção de uma habitação, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

14-ASSUNTO: CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 307/19 (**COD 42**)

REQUERENTE: FERNANDO MANUEL CARDOSO DE SOUSA

LOCAL: POUSADOURO - SANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 700/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 1594/DOU, de 16/07/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 17/07/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

• Obras Municipais – CÓD. DOU 06 | OM 02

15-ASSUNTO: CONCURSO PÚBLICO DA EMPREITADA “CIRCUITO PEDONAL - RELÓGIO DO SOL ACESSO AO CENTRO URBANO DE LAMEGO” (**COD 41**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 701/41/2019 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara, órgão competente para a decisão de contratar, que tome conhecimento do relatório final do concurso citado, com base na informação n.º 4571/2019 de 25/06/2019, extinguindo-se o procedimento, revogando a decisão de contratar ao abrigo dos artigos 79º e 80º do C.C.P., na sua atual redação.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

16-ASSUNTO: CONCURSO PÚBLICO DA EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO DE ALVORAÇÕES” (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 702/41/2019 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara, órgão competente para a decisão de contratar, que tome conhecimento do relatório final do concurso citado, com base na informação n.º 4574/2019 de 25/06/2019, extinguindo-se o procedimento, revogando a decisão de contratar ao abrigo dos artigos 79º e 80º do C.C.P., na sua atual redação.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

DIVISÃO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO – CÓD. DFP | 03**17-ASSUNTO: CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO CAFÉ E ESPLANADA SITO NO PARQUE ISIDORO GUEDES (COD 47)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 705/47/2019 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 4100/2019, a qual propõe a abertura de procedimento de concurso público para concessão de exploração de espaço do domínio privado municipal sito no Parque Isidoro Guedes, com as condições aqui definidas e no caderno de encargos anexo, que são as seguintes:

- Período de concessão de 10 anos;
- Base de licitação no valor de € 850,00 (oitocentos e cinquenta euros);
- Obrigatoriedade de proceder ao isolamento do estabelecimento, à instalação de sistema de ar condicionado, à colocação de uma conduta de exaustão e à reparação da copa e das instalações sanitárias, o que inclui azulejos, loiças, móveis, janelas e espelhos, no prazo de três meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. O atrás referido, bem como qualquer alteração, obra de restauro ou mais-valias a introduzir, carecem sempre da aprovação prévia da Câmara Municipal;
- O júri do concurso é constituído pelo Dr. Nelson Martins, como Presidente, e pelo Dr. António Oliveira, que substituirá o primeiro nas suas faltas e impedimentos, e Dr.ª Maria do Céu Almeida como vogais, sendo suplentes a Dr.ª Mónica Gonçalves e o Dr. Paulo Fernandes;
- O Concurso irá ser publicado num jornal de expressão nacional e um de expressão local, atentando o critério do melhor preço, depois de aprovação do edital, que irá consubstanciar as condições aqui propostas;
- O ato público realizar-se-á no dia seguinte ao dia limite para a entrega das propostas;

- O contrato será celebrado, por escritura pública a celebrar obrigatoriamente 30 dias, apos a prova da prestação da caução.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a aprovação do caderno de encargos e subsequente abertura do procedimento.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

18-ASSUNTO: ALIENAÇÃO DE DUAS FRAÇÕES HABITACIONAIS SITAS NA RUA DR. BERNARDO PINHEIRO DE ARAGÃO, BLOCO 2 EM LAMEGO (COD 47)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 706/47/2019 do senhor Presidente da Câmara que refere que, no seguimento da aprovação da venda por hasta pública, na reunião da Câmara Municipal realizada em 2019/07/15, das duas frações habitacionais, tipologia T4, sitas na Rua Dr. Bernardo Pinheiro de Aragão, Bloco 2, pelo valor base de 65.000,00 € cada, foram elaborados o caderno de encargos, edital, e proposta da comissão que conduzirá ao procedimento de hasta pública.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal, a apreciação das peças do procedimento e a aprovação das mesmas, para alienação por hasta pública das duas frações habitacionais, tipologia T4, sitas na Rua Dr. Bernardo Pinheiro de Aragão, Bloco 2, em Lamego, nos termos das alíneas f) e g) do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata do seguinte assunto, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 50º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, apreciá-lo.

19-ASSUNTO: CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES PÚBLICOS DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE LAMEGO (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 707/62/2019 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º) e pela alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do DL n.º 197/99, de 8 de junho, e de acordo com o teor da informação n.º 5508/DFP, datada de 27 de julho de 2019, que delibere:

1- Aprovar os erros e omissões, de acordo com o conteúdo da análise elaborada pelo júri do procedimento, datada de 27 de julho de 2019.

2- Prorrogar o prazo de apresentação de propostas, conforme proposto.

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, nos termos propostos, com três votos a favor, do Presidente da Câmara, dos Vereadores do PS, Tânia Alexandra dos Santos Rodrigues e Ana Catarina Graça da Rocha, uma abstenção do Vereador do PSD, Ricardo Jorge Morgado da Costa e dois votos contra, dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” António Pinto Carreira e José Correia da Silva.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Votei pela abstenção, pelo facto de estar a ser confrontado com um assunto presente à reunião, neste minuto, que pressupõe a análise a um documento extenso e que não nos foi disponibilizado até este momento, pelo que gostaria de ter tempo para o poder analisar convenientemente.”*

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Em coerência com o que defendi na última reunião de Câmara sobre esta matéria, coerentemente só podia votar contra. Tal sentido de voto fundamenta-se agora numa melhor análise da documentação disponibilizada na anterior reunião de Câmara, sobre o concurso público para a prestação de serviços de transportes públicos de passageiros no Município de Lamego. Dou por concluído, sem muitas citações doutrinárias ou legais, que o referido concurso público padece de erros e de vícios, que podem fulminar a sua nulidade ou anulação e que não observa as recomendações já evidenciadas pelo Tribunal de Contas, num acórdão onde foi aposta a recusa de visto para os transportes de 2018/2019.*

Em conclusão, independentemente da valia da argumentação proferida pelo júri, quantos aos erros e omissões aduzidos pela concorrente, não poderia, em coerência com o anteriormente assumido, votar de outro modo.”

O senhor **Vereador José Correia da Silva** proferiu a seguinte declaração de voto: *“1 - O concurso em assunto deverá designar-se “Concurso público para a prestação de serviços de transportes públicos em 12 carreiras públicas no concelho de Lamego, entre 1 de Setembro e 3 de Dezembro de 2019” para corresponder ao respetivo objeto, posto que só são incluídas neste procedimento 12 das 18 carreiras públicas existentes no concelho de Lamego;*

2- De facto, com este procedimento, os transportes públicos de passageiros no concelho de Lamego ficarão divididos em 3 modalidades distintas: (i) a prevista neste contrato e que abrange 12 carreiras; (ii) os transportes urbanos designados “Verdinho” e objeto de circuitos, viaturas e contrato autónomo e (iii) as 6 carreiras remanescentes e a que este procedimento não alude e que se presume que serão realizadas pela concessionária sem qualquer tipo de compensação do município;

3- A cada uma destas sub-redes caberá, também, uma diferente modalidade de pagamento, sendo diferente a repartição de custos e proveitos entre o município e o transportador. E esta situação tem que ser clara - e não está na clara - para evitar um sistema de vasos comunicantes e de subsidiação cruzada entre as diversas atividades e modelos de contratação, se vierem, como certamente virão, a ser desenvolvidas pelo mesmo operador;

4- Nesse sentido, a informação prestada na proposta de deliberação e nos documentos concursais é muito vaga e não permite concluir quanto e como o município irá pagar pela totalidade da rede de transportes municipais, desde logo por não aludir aos circuitos que decorrerão em carreira pública sem qualquer custo para o município e não estimar o custo dos passes escolares nessas carreiras;

Torna-se igualmente indispensável fazer a correspondência rigorosa entre os circuitos de transportes escolares aprovados e as correspondentes carreiras públicas de transporte, estimando o custo dos passes escolares a suportar pelo município em cada carreira e que serão devolvidos pela transportadora ao município, depois de pago o IVA correspondente. Nas carreiras sem comparticipação de custo pelo município os passes serão receita da transportadora.

Esta clarificação é absolutamente essencial para a transparência do processo e o conhecimento do custo final efetivo da rede de transportes públicos do concelho;

5- Também para a transparência da despesa, o custo dos passes escolares deve ser calculado, como se referiu, e objeto de cabimento, compromisso e requisição, evitando o procedimento ilegal seguido no ano anterior;

6- Os custos da prestação de serviços, por serem diferentes ao longo dos dias da semana, devem ser desagregados por dia da semana e dia letivo e não letivo. Só assim será possível proceder a acertos de contas com a transportadora em caso de alteração do calendário escolar ou de incumprimento e não prestação do serviço em dias determinados da semana;

7- Sendo a receita de bilheteira para o município, torna-se necessário clarificar se tal de refere apenas aos bilhetes comprados por utentes não estudantes ou também aos passes sociais emitidos. Isto é, não é claro se um passe social emitido em Avões se presume como sendo receita da carreira pública Avões - Lamego e portanto é receita do município ou, por poder ser utilizado em qualquer carreira do concelho, é receita da transportadora;

8- O transporte de crianças deve ser efetuado, como tem sido, com todas as condições de segurança, incluindo lugar sentado e vigilante. As crianças do concelho devem ser todas transportadas em iguais condições de segurança, sendo que tal só é conferido, nos termos do caderno de encargos, aos circuitos 13, 14, 17 e 18. Ora tal é inaceitável e todos os

circuitos onde viagem crianças entre 3 e 9 anos, devem ter lugar sentado e vigilante, o que deve ser clarificado para todos os circuitos aplicáveis e a discriminar nas peças do concurso;

9- A este respeito, a alínea d) do número 1 da cláusula 5ª remete para a alínea c) do número 1 da cláusula 6ª, que não existe. Será a alínea b) do mesmo número e cláusula. Também se refere 1 vigilante por autocarro nos referidos 4 circuitos, sendo que deverão ser 2 vigilantes em autocarros com mais de 50 lugares;

10- No que respeita ao prazo de entrega das propostas não se pode aceitar que seja tão reduzido, devendo ser pelo menos igual ou superior a 20 dias. Como se sabe, esta é uma atividade sem concorrência, em resultado da existência em cada região do interior do país e portanto também em Lamego, de uma única operadora de transportes públicos mantida pelo IMT - Instituto da Mobilidade dos Transportes ao longo dos últimos 50 anos ou mais. Assim, a hipotética entrada de um novo operador necessita de tempo para avaliação das condições locais e preparação da sua proposta;

11- Não se compreende o lançamento deste concurso quando já terminou o prazo para a entrega do estudo da MPT - Mobilidade e Planeamento do Território para a nova rede de transportes públicos a concessionar a um novo operador nos termos da lei 52/2015. Esse concurso, que deverá ser um concurso público internacional e com um prazo não inferior a 3 anos, é muito urgente e deve ser lançado o mais rapidamente possível.

Face ao exposto, o presente procedimento concursal deverá ser corrigido, clarificado e complementado a fim de ser submetido de novo a apreciação deste executivo.

Por fim, presume-se que o senhor Presidente da Câmara quando assumiu que algumas carreiras serão efetuadas em regime de carreira pública sem qualquer compensação, não as incluindo neste procedimento, o terá feito, eventualmente, com o acordo da Transdev. Com certeza que não iria assumir o risco da transportadora não aceitar essa situação e no início do ano letivo não ter transportes escolares.

Mais uma vez, em abono da decência e da transparência, o senhor Presidente da Câmara deveria transmitir ao executivo o teor e resultados das conversações havidas com a Transdev e os termos dos eventuais acordos estabelecidos quanto ao funcionamento da rede de transportes públicos no concelho de Lamego, entre 1 de Setembro e 3 de Dezembro de 2019.”

O senhor **Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração: “Mais uma vez o senhor Vereador José Correia da Silva faz a afirmação de um facto que não é verdadeiro. Não ocorreu qualquer acordo entre o Município de Lamego e a Transdev, S.A., a propósito dessa matéria ou de quaisquer outras, no âmbito da preparação do procedimento concursal.

O que é colocado, e tão só, a concurso, são as linhas de transporte público entre a sede do Município e cada uma das localidades, devidamente identificadas no caderno de encargos.”

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, inscreveram-se, para intervir, os seguintes munícipes:

- 1- Presidente da Junta de Freguesia de Sande;**
- 2- Presidente da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões;**
- 3- Joaquim Augusto Rodrigues Teixeira,** residente em Sande
- 4- José Manuel Ribeiro Teixeira,** residente em Sande;
- 5- Alice Maria Fernandes Rodrigues Silva e Maria Augusta da Silva Gonçalves,** residentes em Penude;
- 6- Maria Isabel Trindade,** residente em Lamego;
- 7- Amândio do Carmo Fonseca,** na qualidade de Presidente da APITIL.

1- Tomou a palavra a senhora **Presidente da Junta de Freguesia de Sande**, para reportar à Câmara o assunto relativo ao encerramento do jardim-de-infância de Sande, tendo lido a seguinte intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: *“Exmo Sr. Presidente, Exmos Srs Vereadores:*

Venho até vós, como Presidente de Junta da Freguesia de Sande e também como mãe, apelar ao vosso sentido de responsabilidade e ao amor ao concelho que vos elegeu como governantes.

Esqueçamos guerras políticas e pensemos apenas nos Lamecenses, sejam eles da freguesia de Sande, Avões, União de freguesias de Cepões Meijinhos e Melcões, Valdigem e Parada do Bispo ou de outras.

Não façamos de um erro do passado desculpa para o perpetuar no futuro. Não é pelos anteriores executivos terem criado os Centros Escolares e fechado na altura, escolas Primárias que devemos defender agora o encerramento dos Jardins de Infância.

Não contribuam para a desertificação das aldeias do município porque com isso estamos a contribuir para a desertificação do concelho no seu todo.

Somos todos Lamecenses e não pode haver Lamecenses de primeira e de segunda.

Exmo. Sr. Presidente não seja arbitrário e ouça os seus munícipes que são afetados por esta decisão, não estou só a falar dos pais das crianças ou dos restantes Sandinos, falo das crianças que nesta fase crítica do seu crescimento e desenvolvimento vão ser

afastadas do seu meio e das pessoas que lhe são mais próximas verificando-se o seu desenraizamento que irá trazer consequências no futuro das mesmas.

Sei que é o Exmo. Sr. Presidente, pois a DGESTE delega esta decisão a si, que pode manter ou revogar a decisão do encerramento dos Jardins de Infância.

O Sr. Presidente ao tomar esta decisão irá contra a maioria do executivo, contra a proposta aprovada e emanada da assembleia municipal, dos presidentes de junta que subscreveram esta causa, dos pais, da maioria dos habitantes destas freguesias e das 1300 pessoas que subscreveram a petição contra o encerramento.

Esta não é uma boa decisão.

Há um ano atrás disse-me que eu estava a cortar as pernas à minha filha, hoje afirmo-lhe que tal não aconteceu, hoje afirmo-lhe que é o Sr. Presidente que ao tomar esta decisão, está a cortar as pernas aos meninos de Sande e das outras freguesias, pois há pais que não irão permitir que os seus filhos frequentem o centro escolar, pois recusam-se a que os seus filhos em tão tenra idade se desloquem em transportes públicos até à escola, ficando assim privados das ditas melhores condições e meios pedagógicos e da tão importante socialização.

Sr. Presidente defenda as aldeias do seu concelho e sendo o senhor oriundo de uma delas tem mais responsabilidade nesse aspeto.

Pelas pessoas que hoje, aqui vieram demonstrar o seu desagrado com esta situação, por favor, reverta a sua decisão.

Bem hajam.”

2- Tomou a palavra o senhor **Presidente da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões**, para dizer que corrobora das palavras proferidas pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sande. Disse que, também, não concorda com o encerramento dos jardins-de-infância na sua freguesia. Afirmou que tem reunido com o senhor Presidente da Câmara sobre este assunto, porém até à data, não foi informado do ponto de situação, o que lamentou. Por isso, questionou o senhor Presidente que quer saber se os jardins-de-infância vão encerrar, ou se vão continuar em funcionamento.

3- Interveio o senhor **Joaquim Augusto Rodrigues Teixeira**, residente em Sande, para apelar à Câmara Municipal, uma vez mais, o não encerramento do jardins-de-infância de Sande, bem como das outras freguesias. Disse que, a seu ver, caso não se verifique, as crianças ficarão prejudicadas, deixando de gostar das suas aldeias, estando a contribuir para que haja maior desertificação nas mesmas.

Afirmou ainda que lhe dá a impressão de que o senhor Presidente da Câmara não gosta das pessoas de Sande. Recordou que o Salazar mandou construir inúmeras escolas,

afinal não era assim tao ditador, ao contrário do senhor Presidente da Câmara que as quer agora ver todas encerradas.

4- Tomou a palavra o senhor **José Manuel Ribeiro Teixeira**, residente em Sande, para se reportar, mais uma vez, ao encerramento do jardim-de-infância de Sande.

Começou por referir que ficou admirado quando encontrou um papel afixado na porta do jardim-de-infância de Sande, o qual refere que aquela escola não tem inscrita nenhuma criança para a frequentar, quando existem, em Sande, 10 alunos inscritos para o frequentar no ano escolar 2019/2020 e mais 5 alunos a partir de janeiro de 2020. Disse que não consegue perceber o que está a acontecer, com esta situação.

De seguida, afirmou que contactou a DGESTE, no sentido de saber se eram conhecedores de tal situação, ao que lhe responderam que não tem conhecimento de nada, pois nada foi transmitido, quer por parte da autarquia, quer por parte do Agrupamento de Escolas Latino Coelho.

Neste sentido, disse que gostaria de saber o que está a passar, bem como gostaria de ser esclarecido pelo facto de o senhor Presidente da Câmara decidir um assunto, sem dar conhecimento aos restantes Vereadores e à população que o elegeu, considerando uma falta de respeito para com toda a comunidade, que já disse de viva voz que não concordam com o encerramento do jardim-de-infância.

Apelou, por isso, ao senhor Presidente da Câmara que repense na decisão que tomou, e que envie à DGESTE as deliberações tomadas pelo Executivo e Assembleia Municipal, uma vez que não têm qualquer conhecimento das mesmas. Apelou, ainda, a todos os senhores Vereadores para que ajudem a população de Sande a não deixar encerrar o jardim-de-infância.

5- Tomou a palavra a senhora **Alice Maria Fernandes Rodrigues Silva**, residente em Penude, para se reportar à feira semanal, sendo o mesmo assunto da senhora **Maria Augusta da Silva Gonçalves**, ali presente. Afirmou que não são contra a alteração do local da feira semanal, porém não concordam com a atribuição do espaço com apenas 5m2, uma vez que não é suficiente para os seus negócios (venda de tapetes).

Apelou, por isso, ao senhor Presidente que lhes seja atribuído mais espaço, sugerindo que o façam para os feirantes que são cumpridores do pagamento das taxas e que reduzam ou não deixem montar os que não pagam.

6- Usou da palavra a senhora **Maria Isabel Trindade**, residente em Lamego, para mostrar o seu descontentamento para com o facto de, este ano, ser obrigada a requisitar um contador de luz para o seu stand, no âmbito das Festas de Nossa Senhora dos Remédios. Disse que, no seu caso, não deveria ser obrigada, uma vez que apenas necessita de eletricidade para ligar uma pequena balança.

7- Tomou a palavra o senhor **Amândio do Carmo Fonseca**, na qualidade de Presidente da APITIL, para afirmar que apenas tem uma pergunta a fazer ao senhor Presidente e aos senhores Vereadores.

Lembrou que a APITIL é uma IPSS promovida e instalada pela Câmara Municipal há 36 anos. Todos os Executivos Camarários têm contribuído com aquela instituição de uma ou outra forma. Pelo que questionou o seguinte: *“O senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores que compõem este Executivo têm alguma coisa contra a APITIL, no plano político, pessoal, solidário, social e humano?”*

Informou que a APITIL continua a prestar os melhores serviços à comunidade e continua, por outro lado, a ser considerada a melhor instituição em Lamego.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa**, relativamente ao assunto do encerramento do jardim-de-infância de Sande, disse que as dúvidas colocadas pelos munícipes são também as dúvidas do Partido Social Democrata, que por diversas vezes já as colocou ao senhor Presidente da Câmara, sem terem tido, até agora, uma resposta concreta.

Disse que também quer saber quem tomou a decisão de encerrar o jardim-de-infância, uma vez que até agora apenas sabe da existência de um parecer emitido pelo Conselho Municipal de Educação, mas que, a seu ver, apenas é um órgão meramente consultivo, caso contrário substituíria-se ao Executivo, e definia a política educativa do Município.

Sublinhou que os munícipes têm da parte do PSD toda a solidariedade na melhor resolução deste assunto, tendo sido já expressa, através de um comunicado efetuado conjuntamente com os Vereadores do CDS.

Por isso, disse que gostaria de saber da parte do senhor Presidente da Câmara quem tomou esta decisão e com que fundamento.

Quanto à feira semanal, disse que a questão hoje colocada pelas munícipes presentes, só vem dar razão ao que defendeu na reunião de Câmara, realizada no dia 8 de julho de 2019, de adiar a mudança da feira, uma vez que entendia que não estarem reunidas as condições para se mudar a feira duas vezes no espaço de dois meses. Denota-se agora, volvidos 21 dias desde essa reunião, que ainda persistem dúvidas quanto à dimensão dos terrados a atribuir a cada um dos feirantes.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** começou por lembrar ao senhor Presidente da Câmara que na reunião de Câmara de 27/05/2019 disse que depreendia da intervenção proferida pela senhora Presidente de Junta de Sande como um “grito de alerta” e pediu ao senhor Presidente da Câmara que o ouvisse, porém até hoje ainda não ouviu coisa nenhuma, frisou.

Recordou ainda que a 16 de julho de 2019 recebeu um e-mail, proveniente da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sande o qual continha um ofício, relativo ao encerramento de jardim de infância de Sande, que referia o seguinte e citou: *“todas as crianças já se encontram inscritas no CEL, à exceção de uma criança que se encontra inscrita na freguesia de Cambres. Para além das crianças se encontrarem inscritas no CEL, a mesmas foram separadas por idades.”* Refere ainda que: *“Mais uma vez o Presidente da Câmara fez o que quis e tomou a decisão sem dizer nada a ninguém. Até à data, ainda não foi comunicada tal decisão, nem por escrito, nem por outro meio qualquer e não sei se estarão garantidas as condições, tais como: comodidade, conforto, segurança, transporte.... É conhecedor desta situação?”*

Neste sentido, e dado que, como Vereador, não era conhecedor desta situação, na última reunião de Câmara, questionou o senhor Presidente da Câmara se tinha ou teve conhecimento deste assunto. E, em caso afirmativo, como decorreu este procedimento, sabendo-se que existe uma recomendação da Assembleia Municipal, no sentido de evitar e impedir o encerramento de tal jardim-de-infância e sabendo-se ainda qua a posição maioritária dos Vereadores da oposição também eram claramente contra tal encerramento. Concluiu que estes são os factos, os quais ainda não foram enviados para conhecimento da DGESTE, tendo sido apenas comunicado um parecer emitido pelo Conselho Municipal de Educação, órgão consultivo.

Por isso, afirmou que se em devido tempo se ouviu este grito, volvidos estes dias nada se fez para resolver, mesmo com a posição manifestada pelos Vereadores da Oposição e da posição maioritária da Assembleia, pelo que apelou ao senhor Presidente que ouça as pessoas e atue em conformidade.

Reiterou que é totalmente contra o encerramento dos jardins-de-infância, pois não tem qualquer interesse político-partidário, entendendo que é a melhor decisão e solução para esta questão.

Quanto à feira semanal, é um assunto que tem causado alguma perturbação na orgânica dos serviços. Lembrou que, quando se pensou em mudar a feira para o dia 11/7/2019, defendeu que não seria a melhor solução uma vez que passados alguns dias, a feira teria de ser mudada novamente. No entanto, em relação à questão concreta colocada, entende que cabe aos serviços de fiscalização verificar se existe espaço para colocar todos os feirantes naquele local.

Por fim, frisou que não tem nada contra a APITIL, nem nada contra o senhor Amândio do Carmo Fonseca, pelo contrário sabe que é e que vai continuar a ser um lutador.

Quanto aos demais assuntos, referiu que cabe ao Executivo em funções dar a melhor atenção e a devida resolução aos mesmos.

O senhor **Vereador José Correia da Silva**, relativamente à feira semanal, afirmou que entende, desde o início deste processo, que a feira semanal não vai caber no Largo D. Dinis, para onde está prevista a mudança, pelo que após decorrido tanto tempo, isso vai ser comprovado.

De seguida, afirmou que não tem nada contra a APITIL, nem nada contra o senhor Amândio do Carmo Fonseca.

No que concerne ao encerramento dos jardins-de-infância, leu uma carta, enviada pela DGESTE tratando-se de uma resposta aos senhores Presidentes da Junta, relativamente à questão de quem tem o poder de decisão sobre o encerramento, ou não, dos jardins-de-infância, datada de 23/4/2019, que diz o seguinte: “... *Tendo em conta os pressupostos acima referidos, o Município de Lamego considerou estarem reunidas as condições pedagógicas e físicas para o encerramento dos estabelecimentos de educação propostos e subsequente reorganização da rede escolar.*”

Concluiu que quando o senhor Delegado Regional está a dizer que é o Município de Lamego que decide, não está a dizer que é o Presidente da Câmara que decide, mas sim o Executivo Municipal, que é constituído por sete elementos. Ora, o Executivo Municipal já se pronunciou e deliberou, maioritariamente contra o encerramento dos jardins-de-infância, lembrando, por isso, que o Presidente não decide sozinho sobre este assunto.

Afirmou que o senhor Presidente da Câmara não respeitou a posição do Executivo, nem respeitou a deliberação tomada pela Assembleia Municipal, deitou, isso sim, os papéis para o “caixote do lixo” e não as enviou para lado nenhum. Adiantou que, não o tendo feito até hoje, ele próprio as vai enviar para a DGESTE, para que a mesma tome conhecimento pela via formal, das deliberações tomadas pelo Executivo e Assembleia Municipal.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que o procedimento para a definição da rede escolar foi cumprido, nos termos legais, com o envolvimento do órgão municipal e iniciou no pretérito mês de março, com uma reunião do Conselho Municipal de Educação, onde estão presentes: o representante das freguesias do município, os diretores dos Agrupamentos de Escolas, e dos estabelecimentos de ensino privados e de solidariedade social, o representante do ensino superior, o representante do pessoal docente da educação pré-escolar, o representante da Associação de Pais, o representante das instituições da particularidade social, o representante dos serviços da Segurança Social, o representante do Centro de Emprego e o representante das Forças de Segurança.

Afirmou que a sua posição, quanto a esta matéria, é muito clara desde o ano passado. Disse que as matrículas das crianças foram efetuadas no Agrupamento de Escolas, tal como é do conhecimento da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sande e dos

respetivos pais, pelo que irão receber, muito em breve, um ofício para comunicarem onde pretendem colocar os seus filhos.

Reiterou que as crianças estarão melhor acomodadas nos Centros Escolares, aliás isso também foi afirmado e reconhecido por todos na reunião do Conselho Municipal de Educação, sendo que, pela primeira vez, todas as crianças irão ser transportadas em circuitos especiais, com todas as condições de segurança.

Afirmou que não é por esta via, mantendo as crianças em número muito reduzido numa sala de aula isolada, que se combate a desertificação.

Frisou que não há nenhum interesse político-partidário na origem desta decisão, pois não foi por acaso que no Conselho Municipal de Educação foi deliberado, por unanimidade, o encerramento, não havendo um único voto contra, o que foi comunicada à DGESTE. Sublinhou que a partir daqui é que houve um combate político, movido por alguns agentes, querendo transformar este assunto num “cavalo de batalha política”, não sendo esta a sua intenção.

Reafirmou que desde o início foram tramitados e respeitados os procedimentos legais na definição da rede escolar. Contudo, afirmou que irá remeter, como pretendido, as deliberações dos Órgãos Municipais à DGESTE, porém, o senhor Delegado Regional já terá conhecimento desta situação.

Relativamente à mudança da feira semanal, trata-se de um processo que também não agradará a todos. Lembrou que reuniu com a esmagadora maioria dos feirantes, sendo que à data de 11/07/2019, entendeu que estavam reunidas todas as condições para se efetivar a mudança. No entanto, haverá ainda situações pontuais para resolver. Disse que é seu propósito e dos Vereadores em permanência dar as melhores condições a todos os feirantes, para tal foi alterada a planta aprovada há muitos anos, foi alterada a disposição do terrado e isso foi transmitido aos feirantes e à Associação representativa de alguns. Afirmou que seria mais simples, nada decidir, porém tal não é o seu propósito.

Em relação à APITIL, disse que é uma associação da qual o Município é associado, e é uma associação a quem o Município de Lamego dá um apoio incomparavelmente superior a qualquer outra instituição de solidariedade social. Lembrou que a APITIL tem instalações cedidas pela Câmara, sem qualquer contrapartida, os consumos de água são suportados pelo Município sem qualquer gestão, assim como a energia elétrica. Sublinhou que a APITIL tem uma atividade associativa onde a legalidade democrática não é cumprida e, nomeadamente o Município nunca foi chamado para nenhuma Assembleia Geral de prestação de contas ou o que quer que seja. Disse que este assunto tem de ser tratado com a maior discricção, sendo que reconhece o trabalho meritório desenvolvido pela APITIL, nomeadamente no que diz respeito ao acompanhamento aos mais idosos; por isso

se tem mantido este apoio à APITIL, que é material e avultado. Frisou, por fim, que irá reunir com a direção da APITIL, durante o mês de agosto, sublinhando que nada o move e nem moveu, bem pelo contrário, tem a maior estima e consideração pelo cidadão Amândio do Carmo Fonseca. Coisa distinta são os órgãos sociais da APITIL, os quais não conhece. Por último, leu o teor do ofício enviado aos comerciantes que estarão nas Festas dos Remédios, que diz o seguinte: *“Nos stands cedidos pelo Município, será instalada apenas a iluminação com uma lâmpada de uso corrente, caso haja a necessidade de energia adicional para outros efeitos, a mesma deverá ser suprida por contrato privado de contrato elétrico.”* Disse que esta é a regra que se aplica a todos os comerciantes que queiram participar nas Festas da Cidade.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa**, relativamente ao assunto do encerramento do jardim-de-infância de Sande, insistiu ao senhor Presidente da Câmara que gostaria de saber quem tomou esta decisão e com que racional. Afirmou que o senhor Presidente da Câmara é obrigado a prestar essa informação, não querendo usar, enquanto Vereador, de outros mecanismos para a saber. Referiu ainda que é essencial que hoje pelo menos se saiba quem tomou essa decisão, até porque já depreendeu que será muito difícil do Executivo em permanência reverter tal situação.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** disse que acredita que ainda é possível reverter esta situação e que ainda possa ter uma solução que vá de encontro do interesse maioritário das pessoas. Disse que de facto quem decide não pode agradar a todos, tal como afirmou o senhor Presidente, mas o problema que se coloca aqui não é esse, mas sim saber quem decide este assunto. Pelo que, no seu entendimento, não é o Presidente da Câmara que decide este assunto sozinho, nem é o Conselho Municipal de Educação que apenas é um órgão consultivo, e que aliás desconhece o teor de tal parecer emitido, solicitando, por isso, cópia do mesmo. A este propósito lembrou o que proferiu na última reunião de Câmara e citou: “O senhor Vereador António Pinto Carreira questionou o senhor Presidente da Câmara se era legítimo concluir que não foi comunicado à DGESTE as deliberações do Executivo e Assembleia Municipal, ao que o senhor Presidente da Câmara respondeu afirmativamente.” Esta é a questão, afirmou.

Solicitou ao senhor Presidente da Câmara que envie, no final desta reunião, as deliberações à DGESTE, que se assim for, não haverá encerramento dos jardins-de-infância, pois não acredita que a DGESTE, à revelia de uma decisão tomada pelo Executivo e Assembleia Municipal tome uma posição contrária à vontade do Município, independentemente da opinião que o senhor Presidente tem.

Afirmou que subscreve as questões proferidas pelo senhor Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa, mas independentemente de quem tomou a decisão e das razões

aduzidas, apelou ao senhor Presidente da Câmara, em nome de todos, que faça o que fez no ano passado e reverta a situação e verá que será melhor para todos.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** começou por referir que comunga das intervenções proferidas pelos senhores Vereadores António Pinto Carreira e Ricardo Jorge Morgado da Costa. De seguida, disse que o senhor Presidente da Câmara se escuda na deliberação, se assim se pode chamar, tomada pelo Conselho Municipal de Educação, porém lembrou que um membro do Conselho Municipal de Educação, na reunião desse Conselho votou a favor do encerramento dos jardins-de-infância e na Assembleia Municipal votou contra, pelo que não sabe que qualidade pode ter esse Conselho Municipal de Educação, nem que legitimidade pode ter. Acrescentou, ainda, que o senhor Presidente da Câmara não tem legitimidade de decidir, nem é o dono da decisão, a Câmara tomou uma decisão maioritária, sendo essa que deve prevalecer, bem como a posição da Assembleia Municipal.

Por fim, relativamente à feira semanal afirmou que concorda com a mudança da feira semanal, mas têm de estar reunidas todas as condições.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** começou por referir que sobre o encerramento dos jardins-de-infância já se pronunciou na reunião pública ocorrida no mês de maio do corrente ano. Lembrou que por esta situação já passaram outras freguesias do município e, na altura, deviam merecer posição e apoio igual, por parte de todos os políticos, que hoje se manifestam contra essa reorganização da rede escolar.

Referiu que, efetivamente é da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e gestão dos equipamentos educativos, de tal modo que, no passado dia 29/04/2019, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o plano de ação social escolar e transporte escolar para o ano letivo 2019/2020, o qual contempla esta reorganização escolar e foi proposto à DGESTE, a quem compete fazer a referida reorganização, depois de ouvidos os órgãos competentes, nomeadamente o Conselho Municipal de Educação de Lamego, que é o órgão competente, ao nível da coordenação da política educativa do Município. Pelo que, no gozo das suas competências emitiu o parecer que é obrigatório e que foi pedido pela DGESTE.

Disse que compreende todas as preocupações trazidas, porém esclareceu que os Centros Escolares estão devidamente apetrechados e este Executivo em permanência tem pautado por dotar esses Centros Escolares de todos os equipamentos e materiais de apoio necessários, para o seu bom funcionamento e para a qualidade dos serviços prestados, por exemplo: refeições com qualidade, atividades de apoio e animação à família prestadas. Afirmou que, a ocorrer esta reorganização escolar, o Executivo em permanência garantirá todas as condições, bem como o respetivo transporte, que este ano será efetuado em

circuitos especiais, que era uma luta de vários anos das juntas de freguesias e da Associação de Pais.

Afirmou que secunda da posição assumida pelo senhor Presidente da Câmara.

Em relação aos demais assuntos expostos disse que os mesmos terão a melhor atenção, por parte do Executivo em funções e com certeza que irão encontrar uma solução que vá de encontro às pretensões, estando empenhados em encontrar soluções para a reinstalação da feira semanal e que a mesma seja feita de forma pacífica e que não prejudique ninguém.

Quanto ao assunto trazido pela D. Isabel, esclareceu que recebeu um ofício à semelhança dos demais comerciantes e tal opção foi tomada por questões de justiça, dado que no ano passado, ocorreram grandes perturbações ao bom desenvolvimento das festas da cidade, por culpa das diversas sobrecargas no sistema de energia elétrico.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que não se escuda em posição nenhuma, pois sempre assumiu as suas posições frontalmente e assume as inerentes responsabilidades.

Reiterou que a sua posição é clara desde o ano passado, ou seja, é favorável ao encerramento dos jardins-de-infância, pois entende que o melhor para as crianças, neste contexto, é frequentarem os Centros Escolares.

Afirmou que sabe que as pessoas de Sande não ficarão satisfeitas, mas não pode decidir em função dos gostos dos seus amigos, dos familiares, ou dos conhecidos, mas sim em função da sua consciência.

Reafirmou que o processo de reorganização da rede escolar foi rigorosamente cumprido, tal como decorre de uma resposta remetida pela DGESTE à senhora Presidente da Junta de Sande, datada de 13/3/2019, sendo uma prova de que a referida Direção Geral tem conhecimento da realidade do encerramento dos jardins-de infância, e passou a ler: *“Em resposta à exposição enviada por V. Exa., que nos mereceu a melhor atenção, cumpre-nos informar que, nos termos do disposto da Lei 59, artigo 19º, n.1, é competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos.”* Disse que tal como sabem os senhores Vereadores, as competências na área da educação ainda não foram transferidas para o Município, lembrando que a Assembleia Municipal 2019/2020, sob a sua proposta, não aceitou tal transferência.

Leu ainda o citado ofício: *“Assim, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros, o processo de reorganização da rede escolar, deve ser realizado em articulação com os municípios envolvidos.”* Foi isto o que ocorreu, frisou.

Esclareceu que foi a senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha quem assinou a primeira comunicação enviada à DGESTE, com competências por si delegadas, processo que iniciou no pretérito mês de março do corrente ano, voltou a referir

Clarificou, ainda, que a competência decisória não é do Presidente da Câmara, não é da Câmara, nem da Assembleia Municipal, mas sim do Ministério da Educação, via DGESTE em parceria e em articulação e coordenação com o Município e foi isso que foi cumprido.

Reiterou que compreende as razões da luta da população de Sande, sendo legítima, não pode é admitir que alguns possam dizer que o Presidente da Câmara toma atitudes cobardes ou que tem uma atitude de “quer, pode e manda”, por não serem verdadeiras, demonstrando uma falta de formação e uma falta de respeito democrático, por parte de quem o referiu.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** lembrou ao senhor Presidente o teor de parte da ata da reunião de Câmara, realizada no dia 06/08/2018, proferido pelo senhor Vice-Presidente da Câmara, relativamente aos jardins-de-infância de Sande e citou: *“... Assim e tendo acompanhado o caso, não obstante se encontrar de férias, disse que teve inclusivamente oportunidade de se pronunciar publicamente sobre o mesmo, nos seguintes termos que deixou expressos: “É isto que é política séria e em prol das pessoas. Sem “cavalgar desgraças” e sem aproveitamento mediático. Sem tentar encontrar culpados ou crucificar inocentes. Sem tentar transformar algo que é do interesse de todos num “soundbyte” político de promoção pessoal. Apenas... trabalhando. Contrariando aquilo que já muitos “profetas da desgraça”, pondo-se em bicos de pés, davam como certo. Mas, não concluíamos que tudo está resolvido. Por este ano estará, mas é necessário continuarmos a contrariar este sistema bicéfalo....”*

Questionou, por isso, o senhor Presidente da Câmara sobre quem está a ser neste processo o “profeta da desgraça” e se o entendimento deste Executivo mudou, face àquele que era o sentimento de glória por o jardim-de-infância não ter encerrado há um ano atrás.

Lembrou que volvido um ano, o Executivo em permanência se está a escudar num parecer emitido pelo Conselho Municipal de Educação e na competência de aprovação da DGESTE, mas ainda não foi dito pelo senhor Presidente da Câmara qual foi o racional do Executivo em permanência, utilizado para propor o encerramento destes jardins-de-infância e se existe alguma dessintonia no Executivo, relativamente a esta matéria.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** começou por afirmar que: “só erra quem decide”; “errar é humano”; “às vezes é preciso dar um passo atrás para poder dar dois em frente”; também entende que vale mais decidir do que nada decidir, frisou.

De seguida questionou, novamente, o senhor Presidente se vai enviar, ou não, a posição maioritária do Executivo Municipal e da Assembleia Municipal à DGESTE, lembrando que ainda vai a tempo de o fazer. Se o fizer rapidamente de certeza que a decisão da DGESTE não é aquela que se anuncia.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** referiu que apenas vai ler o teor da carta enviada pela DGESTE à senhora Presidente da Junta de Sande, uma vez que o senhor Presidente da Câmara não o leu na íntegra, tendo lido apenas parte e citou: *“.... Face ao*

que antecede, essa Junta de Freguesia deve articular essa proposta com o Município e com os encarregados de educação, no sentido de a mesma ter a anuência de todos os intervenientes no processo.” Neste sentido, lembrou, ao senhor Presidente da Câmara que os intervenientes referidos estão todos contra o encerramento do jardim de infância.

Seguidamente o senhor **Presidente da Câmara** sugeriu ao senhor Vereador José Correia da Silva que lesse a carta até ao seu término e passou a ler: *“No sentido de garantir que estão asseguradas as melhores alternativas e de que é assegurada uma rede de transporte escolar adequada definindo a calendarização do pretendido em rede escolar. Nesta conformidade deverá contactar a Câmara Municipal, entidade competente nesta presente matéria.”*

O senhor **Vereador José Correia da Silva** respondeu que não é isso que os intervenientes querem.

O senhor **Presidente da Câmara** agradeceu ao senhor Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa a leitura da ata, da reunião de 6/08/2018, onde a sua intervenção é exatamente do mesmo teor da de hoje. Disse que não houve nenhum sentido de glória, apenas disse que não permitiria que no município, a que preside, houvesse dois critérios diferentes para situações exatamente iguais, o que foi comunicado à DGESTE na altura.

Afirmou que a declaração feita em ata pelo senhor Vice-Presidente é da responsabilidade do Vice-Presidente, esclarecendo que não há nenhuma dessintonia no Executivo em permanência, relativamente ao encerramento dos seis jardins-de-infância.

Por fim, reafirmou que irá enviar à DGESTE as deliberações dos Órgãos Municipais, sendo certo que essa informação irá também ser acompanhada de todos os documentos aprovados pela Câmara sobre essa matéria.

Lembrou que, aquando da construção dos Centros Escolares, foi aprovada uma Carta Educativa e aprovada uma deliberação pela Câmara, que até hoje ainda não foi revogada, para encerramento de todos os jardins-de-infância. Pelo que a tomada de posição foi sustentada com base nessa deliberação.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** lembrou ao senhor Presidente da Câmara que de facto a Carta Educativa foi aprovada e com o voto favorável do senhor Presidente da Câmara, enquanto membro da Assembleia Municipal, mas ele não a votou.

O senhor **Presidente da Câmara** afirmou que as suas posições são coerentes, são assumidas de forma refletida e não mudam ao sabor das circunstâncias político-partidárias.

Esclareceu que, no ano letivo anterior, interferiu junto da DGESTE para reposição de um princípio de igualdade, contrariamente ao que era então a sua posição. Ou seja, o que defendeu, no ano passado, foi que não podia permitir que, no município a que preside,

houvesse dois critérios diferentes para situações exatamente iguais, o que foi comunicado à DGESTE, na altura.

Lamentou a forma como alguns munícipes têm colocado as questões na praça pública, sublinhando que o Presidente da Câmara não se esconde e não toma quaisquer atitudes irrefletidas.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** retorquiu, afirmando que o senhor Presidente da Câmara mudou de opinião, pois no ano passado interferiu junto da DGESTE para manter em funcionamento um jardim-de-infância com oito alunos, porque não interfere este ano, quando tem o dobro das crianças.

O senhor **Presidente da Câmara** reafirmou que a sua posição tida no ano passado é exatamente igual à deste ano. O que disse foi que não podia permitir que, no município a que preside, houvesse dois critérios diferentes para seis situações idênticas, não era só o jardim-de-infância de Sande que estava em causa, mas também o de Penajoia e Avões.

Sublinhou que não vale a pena estarem a tentar fazer um aproveitamento político-partidário deste assunto, quando o que está aqui apenas em causa é o superior interesses das crianças.

20-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

21-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às doze horas e quarenta e cinco minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária